

Ajuste chega ao bolso

FLÁVIA BARBOSA

O pacote de ajuste fiscal anunciado ontem pelo governo despertou duplo interesse no economista Paulo Souto. Além dos aspectos técnicos, sobre os quais tem várias críticas, Paulo foi duramente afetado pelas medidas. Servidor público há 15 anos, lotado no Departamento de Planejamento e Orçamento da Funarte e atualmente licenciado por ser dirigente do sindicato da categoria, ele tem o que se chama de conhecimento de causa. E não poupa a equipe econômica – à qual credita os graves problemas do Brasil, sobretudo o déficit público.

“O pacote representa um sacrifício absurdo para os servidores”, diz o economista. O governo, diz Paulo, gasta mais do que recebe por que sua política de juros altos é perversa: ajuda a financiar as contas, mas também aumenta a própria dívida.

Enquanto critica o que chama de “pacote” e não vê em prática o receituário que aprendeu nas salas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Paulo Souto vai fazendo o ajuste no próprio orçamento. Ganhando R\$ 1.800 por mês, vai tirar os filhos da escola particular em 1999 e está diminuindo diversos gastos. “Só ganho isso porque tive cargo de chefia. Já estava com o salário achatado depois de quatro anos sem aumento e agora vou contribuir com alíquota de até 20%, um impacto grande nos rendimentos. Se eu estivesse na iniciativa privada, estaria bem melhor”, lamenta.

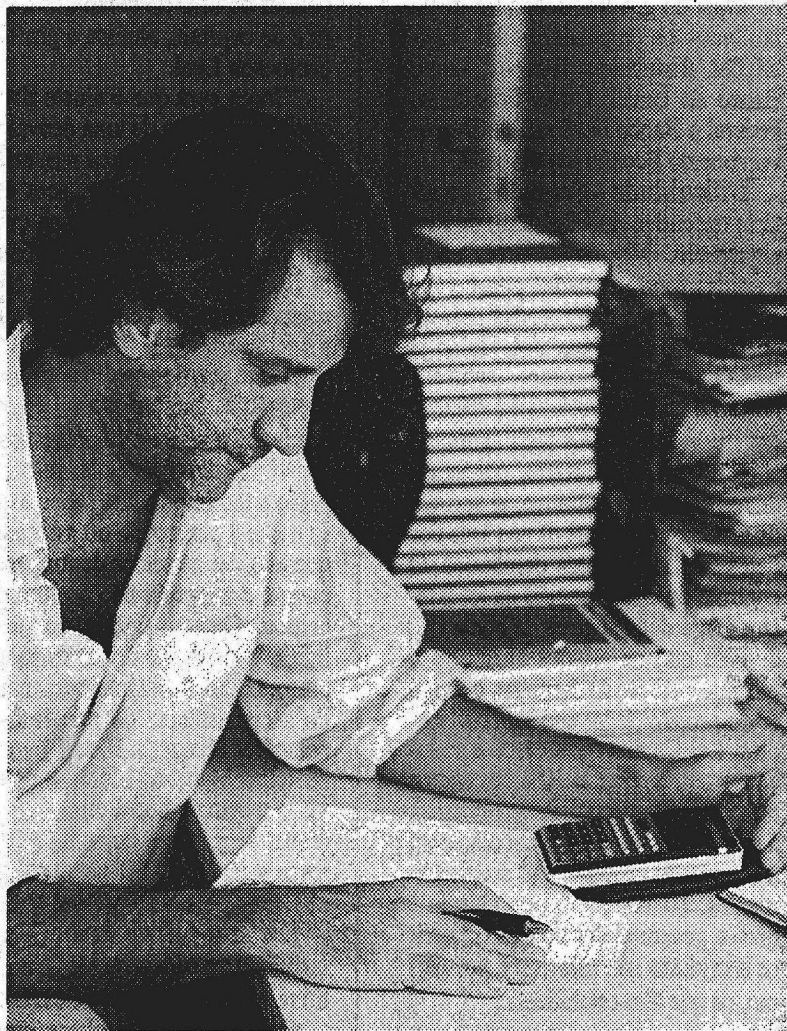
Previdência – Paulo explica que, embora receba mais na aposentadoria, o servidor público

também contribui mais do que o trabalhador da iniciativa privada. “Existe um teto nominal para a contribuição privada, não importando se você ganha R\$ 2 mil ou R\$ 5 mil. Nós, servidores, descontávamos 11% sobre o salário”, diz. O economista aponta um erro básico da União. “O governo nunca apresentou um plano de gestão de recursos para um fundo de seguridade pública. Tudo que arrecada da categoria vai para o caixa único da administração federal”, critica.

Paulo defende a tese de que o governo cada vez mais empurra o serviço público para o sucateamento, o que faz com que os cidadãos mais pobres também sejam punidos, mesmo sem aumento geral de impostos. “Do ponto de vista das políticas públicas, os mais pobres vão sofrer junto com os servidores. Eles já não têm um serviço extensivo e de qualidade e a tendência é piorar”, adverte.

Atenção – Atenta aos televisores expostos numa loja de eletrodomésticos da Rua Uruguiana, no Centro do Rio, uma chamava a atenção, ontem, durante o pronunciamento do ministro Pedro Malan. Dona Teresa, funcionária pública aposentada, 63 anos, queria saber quanto lhe custaria o pacote. “Meu salário hoje não dá para nada. Olha que trabalhei durante 37 anos e tenho nível universitário. Sou formada em Direito. Comecei a trabalhar em 1958, e naquela época o funcionário público conseguia viver com dignidade. Acho esse pacote injusto. Tanta gente ganha tanto e tiram que quem está embaixo”, reclama dona Teresa, que não quis revelar o sobrenome.

Felipe Varanda



Souto, economista e servidor, faz o ajuste do orçamento familiar